



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



OFÍCIO Nº 013/2024 – DGLC/SEC/ADM/CMA

Apuí, Amazonas em 01 de outubro de 2024.

À(o) Ilmo (a). Senhor(a)

Representante Legal da Empresa **CARLOS DOS SANTOS PEREIRA (Lava Jato Tocantins) – CNPJ Nº 16.920.470/0001-03**

Apuí - Amazonas.

Assunto: Juntada de documentação necessária a habilitação e demais requisitos para possível a contratação.

Senhor(a) Empresário (a),

Tendo em vista a publicação do **Aviso de Dispensa de Licitação Nº 004/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA. Ref. ao Processo Administrativo nº 028/2024 – SEC/ADM/CMA, informamos que na data 01/10/2024** em sessão pública foi recebido em julgado as propostas de preços do referido certame e após análise comprovou que vossa empresa apresentou a proposta preços global mais vantajosa para os a prestação de serviços de lava jato, destinada ao atendimento da demanda de conservação, limpeza e preservação dos veículos oficiais que compõe a frota da Câmara Municipal de Apuí, a qual necessita contratar.

Em face do exposto, FICA Vossa Senhoria **NOTIFICADO** para encaminhar a esta Divisão de Gestão de Licitações e Contratos, a documentação complementar de habilitação, no prazo de até 02 (dois) dias (úteis), a contar de 02/10/2024, podendo ser enviada pelo e-mail: **camara.licitacao@apui.am.leg.br** ou **protocolar no setor de protocolo na sede do Poder Legislativo**, nos termos que dispõe os itens 7 e 8 com o rol documental do anexos II do Aviso de Dispensa De Licitação Nº 004/2024 – DGLC/SEC/ADM/CMA – Presencial, sob pena de inabilitação.

Obs. As declarações devem seguir os modelos anexos III, IV e ainda quando requerer tratamento diferenciado, juntar declaração conforme modelo anexo VIII, ambas do referido aviso.

Sendo mais para o momento.

Serv. Itajair Huberti Jung
Matricula Nº 007/1997
Agente de Contratação/ Pregoeiro
Portaria n.º 049/2024 - CMA.





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO II - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 004/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

1. Para fins de cumprimento dos artigos 68 e 72 e inciso V, da Lei nº 14.133/2021, artigo 13 da Resolução Nº 001/2024, combinado com o artigo 132 da Resolução Nº 002/2024 ambas da Câmara Municipal de Apuí, empresa com a proposta vencedora deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual,
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; e,
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- f) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº. 12.440/2011; e,
- h) prova de situação regular perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos.

1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

1.4. OUTROS DOCUMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- a) Cópia da Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

Camara Municipal de Apuí
Processo
Nº 004/2024
FLSnº 134
Página 2 de 6



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



b) Comprovante de residência do representante da empresa licitante e do procurador, se houver.

c) Declaração de grau parentesco de que trata artigo 15 da Resolução Nº 001, de 26 de março de 2024 da Câmara Municipal de Apuí, conforme modelo, Anexo IV;

d) Declaração de empregador de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso VI, do artigo 68 da Lei nº14.133 de 1º de abril de 2021, conforme modelo, Anexo III.

e) Declaração ou documento similar extraído do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Município, do Estado ou da União ou órgão equivalente.

Camara Municipal Apuí
Processo
Nº 004/2024
FLSnº 135
Página 3 de 6



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO III - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 004/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR

[Nome da Empresa], CNPJ nº [número do CNPJ], com sede em [endereço completo], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que:

1. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
2. Não emprega menores de dezesseis anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Esta declaração é feita em conformidade com o inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Apuí, Amazonas, [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do Representante Legal]
[RG e CPF]

(Nome)
(RG e CPF)

Nome por extenso do Representante Legal Cargo e Função:
(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO IV - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 004/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

ARTIGO 9º, §1º, DA LEI Nº 14.133/21 E ARTIGO 16 DA RESOLUÇÃO Nº 001/2024 -CMA

[Nome da Empresa], CNPJ nº [número do CNPJ], com sede em [endereço completo], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que **NÃO POSSUI** em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau de:

1. Prefeito,
2. Vice-Prefeito,
3. Vereadores,
4. Secretários dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal,
5. Titulares de cargos equivalentes,
6. Dirigentes de órgãos da administração direta ou indireta municipal,
7. Membros da Câmara Municipal de Vereadores,
8. Servidores investidos em cargos de direção e assessoramento.

Caso possua vínculo de parentesco, preencher as informações abaixo:

Nome: _____

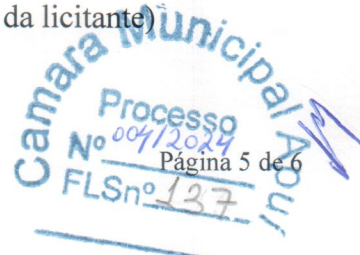
Cargo: _____

Relação de Parentesco: _____

Apuí, Amazonas, [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do Representante Legal]
[RG e CPF]

Nome por extenso do Representante Legal Cargo e Função:
(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO VIII - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 004/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

MODELO DE DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA — ME OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE — EPP

Eu, **[Nome do Representante Legal]**, na qualidade de sócio proprietário da empresa **[Razão Social]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, **DECLARO**, sob as penas da lei, que esta empresa se enquadra na categoria de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme definido no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e não se encontra incursa nos impedimentos previstos no art. 4º da Lei nº 14.133/2021. Portanto, a empresa pode usufruir das prerrogativas e do direito de preferência estabelecidos nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Apuí, Amazonas, [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do Representante Legal]
[RG, CPF, Cargo e Função]

Nome por extenso do Representante Legal Cargo e Função:
(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

